

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



ANALISE DAS INTERVENÇÕES NO AGLOMERADO

CABANA DO PAI TÓMAS

Um estudo de caso

Noelson Luiz de Araújo

**Belo Horizonte
2011**

Noelson Luiz de Araújo

ANALISE DAS INTERVENÇÕES NO AGLOMERADO

CABANA DO PAI TÓMAS

Um estudo de caso

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro de Estudos de
Criminalidade e Segurança
Pública/CRISP da Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Prof. Rodrigo

**Belo Horizonte
2011**

Noelson Luiz de Araújo

Análise das Intervenções no Aglomerado Cabana do Pai Tomás

Trabalho Final apresentado ao Curso de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, requisito para obtenção do Título de Especialista.

Belo Horizonte, 2011.

Rodrigo Alisson Fernandes

(Orientador)

Luís Felipe Zilli do Nascimento

(Examinador)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família. Minha amada esposa Ana pelo apoio, paciência e carinho e meu querido filho Gustavo cujo tempo e atenção foi diminuído, que também abriram mão do tempo de ficar comigo para que este meu sonho fosse concretizado.

Aos meus pais, sogros, irmão e amigos com carinho e alegria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus o dom da vida, e a oportunidade de aumentar meus conhecimentos.

A minha querida esposa Ana Maria, que sempre esteve comigo na tormenta e na bonança, e me deu força para alcançar meus objetivos.

A meu filho pela paciência quando não pude estar presente.

Ao professor Rodrigo Alisson um grande e competente profissional, que teve paciência e nos auxiliou todo o tempo para que obtivéssemos êxito.

Aos Professores, colegas da UFMG, Sargento Jadilson, Capitão Cristina e aos demais integrantes da Polícia Militar de Minas Gerais, pelo apoio e pela participação direta ou indireta na realização deste grande objetivo.

*“Se Deus não guarda a cidade,
em vão vigia a sentinela.”*

Bíblia Sagrada.

RESUMO

O Conjunto das intervenções realizadas no aglomerado Cabana do Pai Tomás abre indícios de uma relação positiva com a diminuição da criminalidade violenta local, evidenciando uma política pública de inclusão social. Possibilitando um melhor e mais rápido acesso dos órgãos públicos aos locais antes dominados por gangues de criminosos. Tal transformação possibilita também ações e operações de combate à criminalidade, sendo sem dúvida uma importante ferramenta para dar uma resposta eficiente e eficaz ao crescimento da criminalidade violenta principalmente em aglomerados urbanos. Ao final ficou constatado que há indícios positivos após a efetivação dos Programas Fica Vivo e Mediação de Conflito, em relação a diminuição quantitativa das ocorrências consideradas violentas (ICV) pela Polícia Militar no Aglomerado Cabana e a reurbanização dos becos e retirada de várias moradias demonstram também indícios positivos da efetivação de tal ação pública. O sucesso é evidente através da maior confiabilidade dos usuários, e da diminuição anual do índice de criminalidade violenta e da reincidência dos atos delituosos, fato que demonstra que as políticas adotadas pelo governo Estadual em consonância com os órgãos policiais estão no caminho certo.

Palavras-chaves: Aglomerado, Intervenção, criminalidade, indícios, confiabilidade.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADC– Associação de Defesa Coletiva
BH – Belo Horizonte
BPM– Batalhão da Polícia Militar
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH – Banco Nacional da Habitação
Cia – Companhia
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais
CNDU – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
COMFORÇA – Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento
COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais
FTF – Federação dos Trabalhadores Favelados
GEPAR – Grupo Especializado em Policiamento em Área de Risco
GGOP – Grupo Gerencial do OP
ICV – Índice de Criminalidade Violenta
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONU – Organização das Nações Unidas
OP – Orçamento Participativo
OPH – Orçamento Participativo da Habitação
PBH – Prefeitura de Belo Horizonte
PEAR – Programa Estrutural em Áreas de Risco
PPA – Patrulha de Prevenção Ativa
PRODECOM – Programa de Desenvolvimento de Comunidades
PROFAVELA – Programa Municipal de Regularização de Favelas
PGE – Plano Regional de Empreendimento
RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte
SEPLAN – Secretaria de Planejamento da Presidência da República
SEPLAN-MG – Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais
SUDECAP – Superintendência do Desenvolvimento da Capital
UP – Unidades de Planejamento
URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. JUSTIFICATIVA	10
3. METODOLOGIA.....	12
3.1 Delimitação do Objeto de Estudo.....	12
3.2 Dados.....	12
4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	13
4.1 Estudos Pioneiros Sobre a Ecologia do Crime.....	13
4.2 A Teoria das Janelas Quebradas.....	13
4.3 Mecanismos de Controle Social sobre a Criminalidade, indicados pela Criminologia.	16
CAPÍTULO I	19
5. A Memória e a História Do Cabana Do Pai Tomás	19
5.1. O Projeto Controle de Homicídios – Fica Vivo	20
5.2. O Projeto Mediação de Conflitos.....	23
5.3 A Reurbanização do Aglomerado Cabana.....	24
5.4 Prevenção a Criminalidade e Controle Social.....	25
5.5 A Aparência das Coisas	27
CAPÍTULO II	29
6. A Reurbanização do Bairro Cabana.....	29
6.1 Análise dos dados coletados.....	29
7. CONCLUSÃO.....	35
8.REFERÊNCIAS.....	37

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo vem apresentar um debate acerca do conceito de Polícia Orientada por Resultados, através da verificação das intervenções públicas realizadas no aglomerado Cabana do Pai Tomás, na cidade de Belo Horizonte, a referida região é o local de responsabilidade territorial da 10ª Cia do 5º Batalhão da Polícia Militar. Este estudo tem como intuito encontrar alterações registradas mensalmente através da verificação quantitativa dos registros de crimes violentos após a implantação de três intervenções públicas, a saber: o Programa Fica Vivo, o Programa Mediação de Conflitos e a reurbanização dos becos transformando-os em novas ruas pavimentadas. A implementação desse conjunto de ações em consonância com a política de prevenção social à violência urbana do governo do Estado, que tem como objetivo o aumento da sensação de segurança na população belorizontina.

2. JUSTIFICATIVA

Neste âmbito a presente pesquisa se dará em análise as políticas públicas de combate ao aumento da incidência criminal violenta (ICV), que traz junto a Polícia Orientada por Resultados, que em 2005 surge com uma nova perspectiva de modalidade de combate ao ato delituoso sendo normatizada em acordo com a Instrução 02/2005. A Polícia Militar criou através da referida resolução os seguintes modelos de policiamento: A Patrulha de Prevenção Ativa (PPA) e o Grupo Especializado em Policiamento em área de Risco (GEPAR), os quais atuam em apoio ao policiamento a pé nos centros comerciais, surge com uma nova perspectiva de modalidade de combate ao ato delituoso. Em 2005 teve início também no Aglomerado Cabana do Pai Tomás, o Projeto Fica Vivo, sendo também no mesmo ano implantado no local o programa Mediação de Conflitos. No ano de 2009 a URBEL através do Orçamento participativo, iniciou a abertura de novas ruas no Aglomerado Cabana do Pai Tomás, sendo a obra concluída em meados de 2010, tendo os

moradores que foram retirados recebido indenizações ou ganhado apartamentos em locais próximos.

Não há dúvida de que, atualmente, as intervenções físicas elaboradas pelo poder público são fundamentais em todos os processos vividos pelos seres humanos, sendo que este estudo se faz necessário para demonstrar os resultados obtidos pelos programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos. Também serão analisadas as intervenções urbanas (transformação de becos em ruas asfaltadas) que são ações públicas, para melhoria da capacidade de respostas operacional dos órgãos de defesa social em relação ao aumento da criminalidade violenta.

Toda organização necessita de informações na tomada de decisões. Essas informações, por sua vez, devem surgir de um tratamento adequado de dados captados no cotidiano de prestação de serviços, feito pela organização. O tratamento vai, desde a existência de uma estrutura adequada, com funcionários tecnicamente habilitados para a classificação, armazenamento e apresentação das informações, até a conscientização dos integrantes da organização sobre o processo informacional, principalmente no que se refere à coleta, distribuição e disseminação da informação, para subsidiar uma atuação eficiente e eficaz.

Neste sentido, o objetivo principal será detectar alterações no número de crimes violentos, a partir de ações de requalificação do espaço, não apenas com intervenções urbanísticas físicas, mas sim com replanejamento de espaços e medidas relacionadas com a manutenção da ordem, ou seja, procuraremos saber se a transformação do espaço pode ser encarada como uma possível medida de segurança pública. Neste sentido especificamente, procuraremos mensurar:

- a) Identificar nas áreas reurbanizadas os aspectos positivos da ação pública;
- b) Analisar o aspecto quantitativo em relação às ocorrências de crimes violentos, entre os anos de 2006 a 2010;
- c) Fazer um paralelo entre o número de registro da criminalidade violenta no bairro Cabana, e as intervenções de requalificação do espaço na comunidade.

3. METODOLOGIA

3.1 Delimitação do Objeto de Estudo

O estudo será realizado no Aglomerado Cabana do Pai Tomás área de atuação da 10ª Companhia da Polícia Militar, pertencente ao 5º Batalhão, e na região onde ela tem como responsabilidade territorial, através de análise estatística do índice de Criminalidade Violenta referente aos anos 2006 a 2010, o referido aglomerado teve algumas intervenções públicas. Dentre as quais o Projeto Fica Vivo, Mediação de Conflitos e a reurbanização do bairro Cabana que foi concretizada, assim, será feita uma comparação do quantitativo de registros de crimes violentos, com o intuito de verificar a existência de indícios de uma relação entre as intervenções públicas implantadas e a variação de registros de crimes antes e depois das implementações destas intervenções.

3.2 Dados

A realização do estudo se dará através de pesquisa aos dados estatísticos disponíveis na seção de estatística da 10ª Companhia do 5º Batalhão, através de pesquisas bibliográficas para entender melhor a definição dos termos utilizados, e através da observação dos dados e gráficos estatísticos das ocorrências, atuações e operações policiais.

O estudo tem como característica principal verificar as alterações nos registros da criminalidade violenta, a partir das intervenções realizadas pelo Estado: Implantação dos programas Fica Vivo, Mediação de Conflitos e principalmente a reurbanização de espaços públicos no aglomerado Cabana, que é a transformação dos becos em ruas asfaltadas e a construção de novas praças, onde se perceberá essas intervenções através dos índices quantitativo da estatística do mapeamento criminal.

Após o período de coleta de dados, foram utilizados para interpretar as informações coletadas: tabelas, gráficos referente á criminalidade violenta e da bibliografia que define as intervenções realizadas.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1 Estudos Pioneiros Sobre A Ecologia Do Crime

No século XIX os primeiros estudos sobre os padrões geográficos do crime tiveram uma importante contribuição para a emergência da criminologia moderna. A relevância da localização geográfica do evento criminal para explicação de padrões foi apontada por cartógrafos franceses e ingleses (Guerry, 1883; Quetelet, 1842; Glyde, 1865). A partir de uma análise macro das taxas de crime, esses pesquisadores revelaram que o crime não é um fenômeno aleatório.

Estudos conduzidos por Andre-Michel Guerry, 1883, e por Adolphe Quetelet, 1842, demonstraram que as taxas de crime da França não eram distribuídas homoganeamente em todo o país, mas variavam significativamente por regiões, estados, cidades e províncias, como também por áreas urbanas e rurais (Brantingham and Brantingham, 1997, 1981; Sherman et al., 1989). Além disso, esses estudos mostraram que a diferença nos padrões de crime dependia do tipo de crime, por exemplo, havia grandes diferenças entre padrões geográficos de crime violentos e de crimes contra a propriedade nas províncias Francesas.

Neste sentido, a região do Aglomerado Cabana, objeto deste estudo, possui uma geografia que auxilia o cometimento de crimes violentos e contra a propriedade, pois os agentes após cometerem tais atos delituosos, evadem entre as dezenas vielas e becos, dificultando uma ação mais repressiva por parte das agências de Polícia. Com as intervenções de reurbanização executadas recentemente nesta região, ficou mais fácil uma ação preventiva e repressiva dos órgãos de Segurança Pública.

4.2 A Teoria Das Janelas Quebradas

A tese das “janelas quebradas” segue a tradição da criminologia que enfatiza o papel das características da comunidade no comportamento criminal. Essa abordagem, desenvolvida por Wilson e Kelling (1982), revela a influência que fatores de desordem social, sinais de decadência urbana e deterioração física no contexto das comunidades exercem no

aumento da sensação de medo dos moradores locais e, conseqüentemente, no aumento de crimes considerados menores, tais como atos de vandalismo, e delinquência juvenil (Wilson and Kelling and Coles, 1996). O conceito de janelas quebradas é influenciado pelas descobertas do psicólogo Phillip Zimbardo (1960) sobre a associação entre comportamento criminal, negligência e ausência de controle em áreas específicas. De acordo com essa concepção, indivíduos tendem a cometer desvios em áreas onde há evidências de ausência de mecanismos de controle social vis-à-vis com sinais de tolerância ao comportamento criminoso (Wagers et al. 2008:248). Os oito princípios básicos do modelo das janelas quebradas são:

1. Desordem e medo do crime estão fortemente associados.
2. Polícia (nos exemplos dados, policiais do patrulhamento á pé) negocia regras da rua. "Pessoas da rua" são envolvidas na negociação dessas regras.
3. Diferentes vizinhanças têm diferentes regras.
4. Problemas de desordem levam a quebra do controle da comunidade.
5. Áreas onde o controle da comunidade foi quebrado são vulneráveis a invasão criminal.
6. A essência do papel da polícia na manutenção da ordem é reforçar os mecanismos de controle informais da própria comunidade.
7. Problemas surgem não tanto devido a pessoas com problemas de desordem pessoal, mas da congregação de um grande número de pessoas desordeiras.
8. Vizinhanças diferentes têm capacidades diferentes para gerenciar desordens (Wagers et al. 2008:253).

A perspectiva das janelas quebradas pressupõe que o sentimento subjetivo de medo e insegurança é maior em comunidades e bairros onde os residentes tendem a não cuidar do espaço comum e onde sinais de negligência física e social são visíveis, por exemplo, prédios

abandonados, janelas e lâmpadas quebradas, concentração de lixo e sujeira, presença de crianças desacompanhadas de adultos nas ruas e grafite nos muros privados e espaços públicos da vizinhança. A quebra da qualidade de vida nessas vizinhanças contribui para a desvalorização dos imóveis e a mudança de moradores estáveis para outros bairros e outras comunidades. Os residentes que permanecem tendem a se isolarem no cotidiano da vida privada, evitando, dessa maneira, a convivência social nos espaços públicos. Como numa espiral, o anonimato entre os moradores locais aumenta, provocando o enfraquecimento de mecanismos sociais de controle informal na comunidade. Ofensores crônicos são atraídos para essas áreas e, conseqüentemente, fortalece-se o ciclo pernicioso entre desordem social e comportamento criminal (Wagerset al., 2008; Kellingand Sousa, 2001.)

De acordo com Cozen,2008, dada a relevância das intervenções nos problemas de desordem pública e sinais de decadência das vizinhança no aumento da sensação de segurança, tal como é sugerido pela abordagem das janelas quebradas, esse modelo é considerado como um dos mais influentes a ser desenvolvido dentro da concepção da CPTED.
(Cozen, 2008:158.)

Entretanto, a tese das janelas quebradas de Wilson e Kelling (1982) é contestada pelo trabalho de Sampson e Raudenbush (1999) o qual sugere que eficácia coletiva – a habilidade dos residentes da comunidade de realizarem valores comuns e manterem controles sociais efetivos dentro da comunidade – importa mais no prognostico do crime do que variáveis de desordem pública. Analisando os sinais no prognóstico do crime do que variáveis de desordem pública. Analisando os sinais de deteriorização social nas ruas de Chicago, SampsonandRaudenbush (1999) demonstraram que problemas de desordem não foram significativamente associados coma a maioria dos crimes sérios, com exceção de roubo, quando fatores tais como pobreza, estabilidade, raça e eficácia coletiva foram considerados.

Apesar das críticas, a abordagem das Janelas Quebradas é, todavia um conceito útil não apenas para formuladores de políticas públicas de prevenção de crime, mas também para a polícia, particularmente quando policiais respondem as demandas dos cidadãos relacionadas a questões

de manutenção da ordem e melhoria da qualidade de vida nas comunidades (Wagerset al., 2008; Kellingand Sousa, 2001). As janelas quebradas traz importantes “insights” com relação a integração da abordagem da Criminologia do ambiente e as características da comunidade.

Dessa forma, os programas: Fica Vivo e Mediação de Conflitos, que são intervenções públicas, se relacionam com a teoria das janelas quebradas, pois as intervenções trabalham o capital social, que são as pessoas que participam das oficinas, das associações as quais são multiplicadoras de soluções dos conflitos locais através do diálogo. A comunidade local devem ser parceiras dos órgãos policiais, as quais incorporaram um sentimento de coletividade, cuidando do espaço comum a todos, e trabalhem para serem uma vizinhança participativa e interajam para a solução dos conflitos locais e conseqüente melhora da qualidade de vida.

4.3 Mecanismos de Controle Social sobre a Criminalidade, indicados pela Criminologia.

Para GARCIA e GOMES (2000, p. 133): A Criminologia moderna estuda com grande profundidade a questão do controle social do delito, ministrando informações imprescindíveis na elaboração, análise e avaliação dos programas de prevenção, assim como nos modelos de resposta aos delitos. Caracteriza-se, assim, uma das funções básicas da Criminologia, “em informar a sociedade e os poderes públicos sobre o delito, o delinquente, a vítima e o controle social, reunindo um núcleo de conhecimentos – o mais seguro e contrastado – que permita compreender cientificamente o problema criminal, preveni-lo e intervir com eficácia e de modo positivo no homem delinquente”. Esses conhecimentos, pela sua natureza, também são imprescindíveis para o desenvolvimento de uma atividade policial que busque, na sua essência e de forma prioritária, a prevenção e integração comunitária. Inicialmente, a Criminologia faz uma diferenciação entre os denominados “agentes informais e agentes formais de controle social”: Toda sociedade ou grupo social necessita de uma disciplina que assegure a coerência interna de seus membros, razão pela

qual se vê obrigada a criar uma rica gama de mecanismos que assegurem a conformidade daqueles com suas normas e pautas de condutas. O controle social é entendido, assim, como o conjunto de instituições, estratégias e sanções sociais que pretendem promover e garantir referido submetimento do indivíduo aos modelos e normas comunitários.

Para alcançar a conformidade ou a adaptação do indivíduo aos seus postulados normativos (disciplina social), serve-se a comunidade de duas classes de instâncias ou portadores de controle social: instâncias formais e instâncias informais. Agentes informais do controle social são: a família, a escola, a profissão, a opinião pública e outros; agentes formais são: a polícia, a justiça, a administração penitenciária, dentre outros. A Criminologia moderna vai muito além da identificação dos agentes formais e informais de controle social. Estabelecendo como prioridade a sua preocupação com a prevenção do delito, em especial no denominado “Estado Democrático de Direito”, indica uma tendência à “comunitarização” (entender o crime como fenômeno comunitário) e estabelece uma diferenciação a respeito do que seja o conceito criminológico de prevenção: Em sentido estrito, via de regra, prevenir o delito é algo mais – e também algo distinto – que dificultar seu cometimento ou dissuadir o infrator potencial com a ameaça do castigo. Na verdade, verifica-se a necessidade de se imprimir um programa de governo voltado para as causas sociais, e de se criar uma sistemática preventiva capaz de extirpar os focos criminógenos e não de se ficar limitado a simples repressão policial, judiciária criminal ou executiva penal.

A tendência prevencionista da Criminologia moderna, de grande interesse para a policiologia e que possui abrangência pluridimensional, incide sobre outros elementos do cenário criminal, não somente sobre o delincente. Assim, a prevenção preocupa-se com o espaço físico, as condições ambientais, o clima social, os grupos de pessoas que podem ser vítimas de delitos, a própria população punida, dentre outros componentes externos relacionados ao crime.

GARCIA e GOMES (2000, p. 146) apresentam alguns exemplos dessa intervenção da Criminologia: Por exemplo: neutralizando as

variáveis espaciais e ambientais mais significativas daquele (programas de base ecológica, arquitetônico-urbanística, territorial); melhorando as condições de vida dos estratos sociais mais oprimidos com as correspondentes prestações (v. g. programas de luta contra a pobreza); informando, conscientizando e apoiando os grupos de pessoas com maior risco de vitimização (programas de prevenção de vítimas potenciais); procurando a reinserção social efetiva dos ex-reclusos, uma vez que cumpram suas condenações, a fim de evitar a reincidência; suprimindo, na medida do possível, o magistério criminógeno de certos valores sociais (oficiais ou subterrâneos), cuja leitura ou percepção pelo cidadão médio gera atitudes delitivas, etc.

É nesse esteio que são reforçados os argumentos da importância da Criminologia, ao ser estabelecido um programa de Polícia Comunitária. Também na filosofia de Polícia Comunitária, o conceito de prevenção é exigente e pluridimensional, superando em muito a concepção policial de prevenção. Pode-se afirmar, com segurança, que o entendimento teórico-doutrinário da Criminologia é uma ferramenta poderosa na compreensão da extensão do conceito de Polícia Comunitária – a Criminologia é essencial para a Polícia Comunitária. Assim, deve-se além de pensar no delinquente, preocupar com o meio social em que ele está inserido, pensar na prevenção demonstra preocupação com o espaço físico, quando o Estado interfere efetivamente na reurbanização, e na melhoria das condições ambientais, esse algo a mais ajuda na geração de qualidade de vida, para a população local.

CAPÍTULO I

5. A Memória e a História Do Cabana do Pai Tomás

O presidente da APAC (associação de Proteção e Assistência aos Condenados) da cidade de Januária, Minas Gerais, Alisson Veloso da CUNHA, e Mestre em História pela UFU (Universidade Federal de Uberlândia), em sua dissertação Ocupação consentida que relata a formação do Aglomerados urbanos, relata que o bairro Cabana do Pai Tomás teve sua ocupação (invasão) iniciada juntamente na mesma época em que outras invasões em Belo Horizonte, mas precisamente na década de 60, a “Favela Cabana do Pai Tomás”, situada na região oeste de Belo Horizonte, próxima ao Centro Industrial, tem ao longo de sua história marcas de sua alta capacidade de organização e resistência na luta pela posse da terra e pelo sonho de conquistar moradia, essa resistência se dava em relação aos supostos donos das terras, entendidos aqui principalmente como o deputado federal e empresário Antônio Luciano Pereira Filho, as forças militares – Polícia Militar e Exército.

Para o autor a palavra favela aqui deve ser entendida como “todos os aglomerados de casebres, sem traçado, sem características definidas que começaram a surgir em volta das grandes cidades, geralmente distantes do centro comercial e administrativo”. Uma vez que esses moradores em sua maioria foram expulsos das proximidades dos grandes centros, eram também vistos como um grande problema social e estético, estético porque atrapalhava a beleza das cidades. Essa visão da cidade criou um “outro mundo”, criando também um outro olhar para esses moradores, que passaram a serem vistos como não civilizados, sendo marginalizados excluídos e ficando a margem da sociedade. Criou-se também uma nova identidade urbana: O favelado, que de uma maneira pejorativa representava o habitante da favela, que em sua maioria era o negro, o pobre, o vadio, o invasor, aquele que queria ter a terra sem no entanto esforçar para tê-la, o esperto e outras denominações do gênero.

O nascimento da “Favela Cabana do Pai Tomás” que será alvo do presente estudo, coincide praticamente com o início da grande industrialização que estava acontecendo nas grandes cidades brasileiras iniciadas basicamente no governo de Juscelino Kubitschek, o país viu o

crescimento de um mercado nacional concentrado basicamente no Centro-Sul. A perspectiva de ganhar espaço nesse mercado atraiu firmas estrangeiras, mesmo que apenas pelos investimentos modestos. Finalmente industriais e empresários brasileiros começaram a acreditar que poderiam ter um desempenho em padrões mundiais. Parte dos terrenos pertencia a Companhia de Distritos Industriais e foram praticamente doados aos funcionários da Companhia MAGNESITA, no local hoje denominado Vila Magnesita. Esses funcionários pagariam essas habitações em prestações irrisórias, uma maior parte do território pertencia ao deputado federal e empresário Antônio Luciano Pereira Filho, denominado pelos moradores mais antigos como "grileiro urbano" devido à forma que conseguia seus terrenos.

Despertado por essa forma de conseguir e apossar dos terrenos é que começaram a surgir diversas organizações que orientavam os moradores da necessidade de se organizarem para que juntos pudessem resistir as pressões que estavam sofrendo, destaque para a Congregação Mariano – Surgida na década de 40 -; as Associações de Defesa Coletiva – ADC's – cuja a principal meta era a defesa da moradia para todos.

Para CUNHA, essa necessidade de organização por parte dos moradores ocorria principalmente após as atitudes que estavam sendo tomadas pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que já na década de 40, preocupada com o crescimento da cidade, removia as famílias que estavam próximas ao centro comercial de "Belo Horizonte", levando-as para locais mais distantes, próximos aos municípios limítrofes de Belo Horizonte, formando ali verdadeiros aglomerados urbanos, que mais tarde se originariam as favelas.

5.1. O Projeto Controle De Homicídios – Fica Vivo

Pesquisas realizadas em 2002, pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da UFMG (CRISP/UFMG) deram visibilidade ao acentuado crescimento do número de homicídios em Belo Horizonte. Além desse crescimento, a análise espacial da ocorrência dos homicídios revelou que o fenômeno concentrava-se em determinadas regiões da cidade, de forma marcante em certas vilas e favelas. Os

envolvidos com os homicídios eram, em sua maioria, jovens, negros do sexo masculino e com idade entre 15 e 29 anos.

Segundo BEATO, 2003, mais que uma explosão da criminalidade, os dados de homicídios apontavam, contudo, para uma implosão, pois as pesquisas demonstram que a maior porcentagem dos assassinatos ocorria no interior de regiões específicas, onde vítimas e agressores coabitavam o mesmo espaço e ali tinham sua origem. Muitos conflitos eram resultantes de conflitos entre jovens que moravam em regiões próximas e que acabaram se tornando rivais. Uma rivalidade inscrita na formação de gangues, na delimitação de territórios e em pontos de encontro e desencontros, que se tornaram o cenário de trocas de tiros e de mortes.

Assim, foi em 2002, que o CRISP/UFMG propôs ao Comandante da Polícia Militar e ao chefe da Polícia Civil a realização de um curso, que visava capacitar pessoas em relação a experiências de programas de controle de homicídios e elaborar um programa de controle de homicídios adaptado ao contexto de Belo Horizonte. Esta experiência destaca a importância da ação do sistema de justiça sobre os criminosos contumazes e aponta para a centralidade que o problema das gangues tem em relação aos homicídios (BEATO, 2006). O projeto piloto foi no Aglomerado Morro das Pedras, onde surgiu o nome que se tornou conhecido o programa “Fica Vivo”.

O Fica Vivo possui um eixo de Intervenção Estratégica que tem como objetivo articular e promover a integração dos órgãos do Sistema de Defesa Social e Justiça Criminal, sendo também responsável também pela realização de estudos técnicos e capacitações dos representantes das instituições do Sistema de justiça criminal que estabelecem parcerias com o programa.

Atualmente o Programa foi expandido para outros aglomerados, entre eles o aglomerado “Cabana do Pai Tomás”, atendendo jovens de 12 a 24 anos, através de oficinas de danças, praticas esportivas, etc. E trabalha junto com o grupo de intervenções estratégicas cujo objetivo é monitorar possibilidade de homicídios.

Foram criados os Grupos de intervenções estratégicas, que são compostos pelos seguintes órgãos:

Secretaria de Defesa Social;

Polícia Militar – Comandantes de Batalhão, Comandantes de Companhia e Comandante do GEPAR;

Polícia Civil – Delegados responsáveis pelas Delegacias de Polícia (base local), Tóxicos, Homicídios e de Orientação a Criança e ao Adolescente;

Ministério Público – Promotorias Criminais, Tóxico, Infância e Juventude e Combate ao Crime Organizado.

Judiciário – Juízes Criminais, Execução Criminal, da Infância e da Adolescência e Vara de Tóxicos;

O Programa possui também oficinas, que são estratégias de aproximação e atendimento aos jovens articuladas às características das áreas atendidas, tais como; aspectos criminais, culturais, sociais, históricos e geográficos.

Através do Decreto 43334/03 foi institucionalizado o programa de controle de homicídios – Fica Vivo – com os seguintes objetivos: Reduzir a incidência de homicídios dolosos, mediante ações de prevenção e repressão, nas áreas de risco da Região Metropolitana de Belo Horizonte e em outros municípios do Estado cujos indicadores de criminalidade violenta o justifiquem, contando, para sua execução, com a ação integrada dos executivos federal, estadual e municipal, do poder judiciário, do Ministério Público Estadual, bem como das organizações não governamentais de atendimento ou assistência social e da sociedade em geral (MINAS GERAIS, 2003, p.2).

No aglomerado Cabana, o Programa além de ajudar na diminuição dos homicídios reduz quantitativamente outros crimes violentos. Através de algumas ações sociais, dentre elas o atendimento psicossocial que é realizado pelos técnicos e se destina aos jovens que estão diretamente envolvidos com a criminalidade ou sofrem interferência da dinâmica criminal da localidade onde residem.

5.2. O Projeto Mediação De Conflitos

O Programa Mediação de Conflitos estabelece uma nova perspectiva de execução de políticas públicas, procurando envolver todos os entes federativos e os mais diversos agentes institucionais como poderes Judiciário, Legislativo, Executivo e especialmente, a sociedade civil que é assistida pelo programa através de associações comunitárias, grupos de trabalho, comunidade escolar, agentes e lideranças locais, cabe a prerrogativa e a responsabilidade de construir um novo cenário e uma nova cultura de lidar com as dinâmicas sociais conflituosas prevenindo a potencialização da violência e criminalidade através do diálogo, participação, organização, mobilização e articulação comunitária, enfim, através da cidadania.

As relações de confiança e solidariedade horizontal são alicerces de uma comunidade caracterizada pela presença de engajamento cívico. A dinâmica destas relações é fundamental para compreensão da formação deste engajamento cívico. A presença de capital social é um indício de uma maior disposição de um indivíduo em colaborar com questões de interesse comum, zelando pelos bens públicos e participando de ações coletivas de promoção do bem estar social. O engajamento cívico, por sua vez, é o pilar central do conceito de capital social.

James S. Coleman (1990), destaca que capital social é visto como um otimizador do uso das outras formas de capital (humano e físico-econômico). A presença de capital social é um facilitador da ação coletiva, diminuindo custos de transação e viabilizando um maior acesso à informação.

A Mediação de Conflitos é composta pelas seguintes ações de atendimento: Oficinas, atendimentos psicossociais, projetos locais, multiplicadores e grupos de jovens. Para garantir aos jovens o acesso ao esporte, lazer, cultura e formação profissional. Possibilitar a vivência do direito de ir e vir. Possibilitar a criação de espaços de discussão e resolução de conflitos e rivalidades. Promover discussões sobre Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, fatos que ajudam na mediação e controle dos crimes violentos.

O fomento do capital social produz uma comunidade mais forte, articulada e menos propensa ao crime. O programa pauta suas ações através da identificação de situações de violações de direitos, restaurando-os e integrando as pessoas e comunidades na perspectiva de impedir violações. Trata-se da prestação de serviços que viabilizem o acesso à justiça na sua melhor forma, isto é, na interlocução entre as partes envolvidas para que os mesmos construam as soluções para seus conflitos de forma democrática, colaborativa e dialógica.

5.3 A Reurbanização Do Aglomerado Cabana

JACOBS, 2000, relata que as cidades têm necessidades de uma diversidade de usos mais complexa e densa, que propicie entre eles uma sustentação mútua e constante, tanto econômica quanto social. Os componentes dessa diversidade podem diferir muito, mas devem complementar-se concretamente.

Por isso, não basta apenas que o Estado retire algumas pessoas e alargue os becos e os torne em ruas pavimentadas, para Jane Jacobs se não cuidarem do bairro adequadamente, esse espaço entrará em decadência. Não existe um “eles” que incrivelmente onisciente e dinâmico que assuma o comando e se encarregue da autogestão. Os bairros metropolitanos não precisam proporcionar a seus moradores uma imitação da vida das vilas ou das cidades de pequeno porte, e desejar que isso aconteça é tão inútil quanto prejudicial. Mas os bairros precisam prover alguns meios de autogestão civilizada.

A temática da reurbanização de áreas de posse urbana é contextualizada de forma coerente com a realidade social local e com os instrumentos urbanísticos e ambientais utilizados na gestão da cidade, propiciando uma harmonia socioeconômica e ambiental. Reurbanização significa refazer, reconstruir, aprimorar. É dar características urbanas, ou seja, dotar um determinado espaço de infraestrutura para que se tenha melhor qualidade de vida.

De acordo com o plano Regional de Empreendimentos da Prefeitura de Belo Horizonte/2003, o Orçamento Participativo – É considerado um dos principais instrumentos com que a comunidade pode contar para

garantir seu envolvimento efetivo na decisão de como utilizar parte do orçamento do município, além de ser um importante espaço de democratização de informações e de corresponsabilidade na gestão da cidade. O Orçamento Participativo estabelece uma dinâmica de democratização da administração pública, associando planejamento e participação popular na definição das políticas, promovendo ajustes e adequação sempre que necessário. A participação popular é uma conquista e um direito de cidadania, e não uma benesse acessória ou secundária. É, sim, uma forma de tornar a relação entre o governo e a população cada vez mais próxima e cotidiana.

A Urbanização do Aglomerado Cabana, foi aprovada pelo Orçamento Participativo do ano de 2003, ficando a cargo da URBEL a execução do projeto, e conforme diretrizes do PGE, foi feita a abertura de becos, contenção, drenagem, pavimentação (beco Santa Catarina, beco São José, beco São Tarcísio) foram retirados dezenas de barracos e os referidos becos foram transformados em ruas e foram feitas obras complementares.

5.4 Prevenção a Criminalidade e Controle Social

De acordo com a Lei Delegada – (Resolução 5210 de 12 de Dezembro de 2002), trabalhar com a devida importância as proposta de prevenção social à violência urbana e implantar no campo das políticas públicas um novo paradigma, de pensar segurança pública como política social que garanta em primeiro lugar a qualidade de vida de todos. Primando pela universalidade da qualidade de vida, a segurança pública está prevista constitucionalmente como um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, devendo ser exercida para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas.

Esse novo paradigma “ordem pública” de que trata a referida Lei, deve ser entendido como a plena configuração do Estado Democrático de Direito, que tem por fundamento, segundo o artigo primeiro da Constituição Federativa do Brasil, a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Nesta perspectiva, é necessário perceber a segurança

pública como exercício para a liberdade e não meramente como mecanismo de controle social, e essa liberdade para que seja efetivada, requer participação efetiva da comunidade, para a resolução dos problemas simples através do dialogo, de um mediador, como propõe a Mediação de Conflitos, para que não se transforme em um problema mais complexo e de difícil solução envolvendo outras pessoas.

Para ZAFFARONI, 2004, Controle Social deve ser entendido como “ influência da sociedade delimitadora do âmbito de conduta do indivíduo ”. É questionável a crença no sistema penal – controle social máximo – como instrumento capaz de prevenir condutas criminais por parte dos que cometeram ou mesmo daqueles que não cometeram crimes. Nos últimos 10 anos, a população carcerária aumentou de forma avassaladora, sem que isso tenha significado redução dos índices de violência e criminalidade.

A definição de Crime, segundo o Código Penal Brasileiro, é a infração penal a que a lei comina pena. O crime é, então, antes de tudo uma forma de classificação de fatos sociais. Assim, não é um fenômeno ontológico, mas uma qualidade dada a determinadas condutas, indesejadas.

Segundo Eugênio Raul Zaffaroni: punição, reparação, terapia e conciliação, escolhida num tempo histórico (já que os sistemas penais sofrem mutações e o mesmo fato pode ser e deixar de ser crime em tempos diferentes). O mesmo ato pode, em grupos sociais ou tempos históricos distintos, ser permitido (por não conter nenhum impedimento legal), regulado por normas do direito privado ou proibido por regras do direito penal. ZAFFARONI diz que “a criminalização pode ter gerado hábitos que tornam o homem particularmente vulnerável à seletividade do sistema ou mesmo tais características podem apresentar-se antecipadamente ou terem sido geradas por outras formas difusas de controle social”.

Em relação a criminalidade o autor argumenta que: A criança desaptada na escola, a que abandona os estudos, a que é forçada ao trabalho nas ruas, à desocupação, ao abandono ou à internação em instituições para menores, a que é tomada como “bode expiatório” dos

conflitos familiares, a que sofre carências alimentares nos primeiros meses de vida, são todas “pré-candidatas” à criminalização, particularmente quando pertencem aos setores mais pobres”. Para Lola Aniyar de Castro, 2005, a função da prevenção à criminalidade deve ser, pois, a de diminuir a vulnerabilidade do criminalizado frente ao próprio sistema penal. E ao mesmo tempo aumentar o poder de se mediar os conflitos, fortalecendo os programas sociais e temáticas relacionadas à prevenção criminal tais como: Rede de Proteção Social, Direitos Humanos e Estatuto da Criança e do Adolescente.

5.5 A Aparência das Coisas

Para JACOBS 2000, a aparência das coisas e o modo como funcionam estão inseparavelmente unidos, e muito mais nas cidades do que em qualquer outro lugar. Porém, quem está interessado apenas em como uma cidade “deveria” parecer e desinteressado de como funciona ficará desapontado. Encarar a aparência como objetivo primordial ou como preocupação central não leva a nada, a não ser a problemas. A autora relata o seguinte depoimento de um morador que teve sua residência transformada pelo Estado, “Ninguém se interessou em saber o que queríamos quando construíram este lugar. Eles demoliram nossas casas e nos puseram aqui e puseram nossos amigos em outro lugar. Perto daqui não há um único lugar para tomar café, ou comprar um jornal, ou pedir emprestados alguns trocados. Ninguém se importou com o que precisávamos. Mas os poderosos vêm aqui, olham para esse gramado e dizem: ‘Que maravilha! Agora os pobres têm de tudo!’ ”

Em “Morte e Vida de Grandes Cidades”, um estudo feito em Pittsburgh e relatado por Jane Jacobs p.124, com o intuito de demonstrar a suposta íntima correlação entre moradias melhores e condições sociais mais altas, a autora comparou os índices de delinquência em cortiços com aqueles em novos conjuntos habitacionais e chegou a embaraçosa conclusão de que a delinquência era mais alta nos conjuntos habitacionais em que havia melhorias. Será que isso significa que moradias melhores aumentam a criminalidade? De modo algum. Para a autora Significa, porém, que outras coisas podem ser mais importantes

que a habitação e também que não existe nenhuma relação direta e elementar entre boa moradia e bom comportamento, fato que toda a história da civilização ocidental, todas as obras da nossa literatura e todo o estoque de observações de que dispomos deveriam ter tornado evidente há muito tempo. Um bom abrigo é um bem útil em si enquanto abrigo. Quando, ao contrário, tentamos justificar um bom abrigo com o pretensível argumento de que ele fará milagres sociais e familiares, estamos enganando a nós mesmos. Para a autora apud Reinhold Niebuhr denominou essa ilusão de "doutrina da salvação pelos tijolos".

CAPÍTULO II

6. A Reurbanização do Bairro Cabana

A urbanização dos becos do Aglomerado Cabana, que fazem parte da área de atuação da subárea da 10ª Companhia, do 5º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais. Foi concretizada através da aprovação pelo Orçamento Participativo do ano de 2003, sendo iniciadas as obras de reurbanização em 2009. O local reurbanizado possuía vários becos que dificultam e às vezes impediam que os moradores usufríssem de transporte público, serviço dos correios, etc. Inicialmente o local era considerado como reduto de gangues, que conheciam muito bem a área geográfica, aproveitando para cometerem crimes nas proximidades e se homizarem no interior do aglomerado. Em meados de 2010, foi concluída as quatro novas ruas, uma pequena praça, sendo a rua da Mina a principal e a maior das ruas, que apareceram com o fim das obras.

6.1 Análise dos dados coletados



Foto1:Rua da mina antes da urbanização

Na foto 2, durante o processo de pavimentação da rua da mina foi iniciada também a rede de esgoto, já que anteriormente a localidade não a possuía.



Foto2:Rua da mina durante a urbanização



Foto3:Rua da mina depois da urbanização

OP-CABANA
FONTE: URBEL

Na tabela 1, podemos observar que a partir do ano de 2006, iniciou-se na 10ª Companhia do 5º Batalhão o armazenamento dos dados estatísticos, podendo então ser feita uma comparação anual do Índice de Criminalidade Violenta da 10ª Companhia e também do setor Cabana. Os dados da tabela abaixo demonstram que o ICV da 10ª Cia estava diminuindo a cada ano, chegando em 2010 com uma redução de 19%, em relação à 2009.

Tabela 1: ICV - Índice de Criminalidade Violenta/ 10ª Cia

ICV 10ª CIA					
	2006	2007	2008	2009	2010
Janeiro	109	105	94	99	55
Fevereiro	111	92	74	69	66
Marco	115	91	93	84	79
Abril	92	90	106	93	71
Mai	96	86	86	106	63
Junho	98	91	81	108	62
Julho	96	88	84	85	65
Agosto	104	105	100	75	71
Setembro	96	73	86	89	61
Outubro	94	94	93	72	82
Novembro	81	113	78	44	64
Dezembro	103	105	81	77	67
Total	1195	1133	1056	1001	806

FONTE: ARMAZEM/PMMG

Na tabela 2, podemos observar que os dados demonstram que o ICV do Aglomerado Cabana estava diminuindo a cada ano, chegando em 2010 com uma redução fantástica de 30%, em relação à 2009, lembrando que em 2009, foi concretizada a reurbanização do bairro.

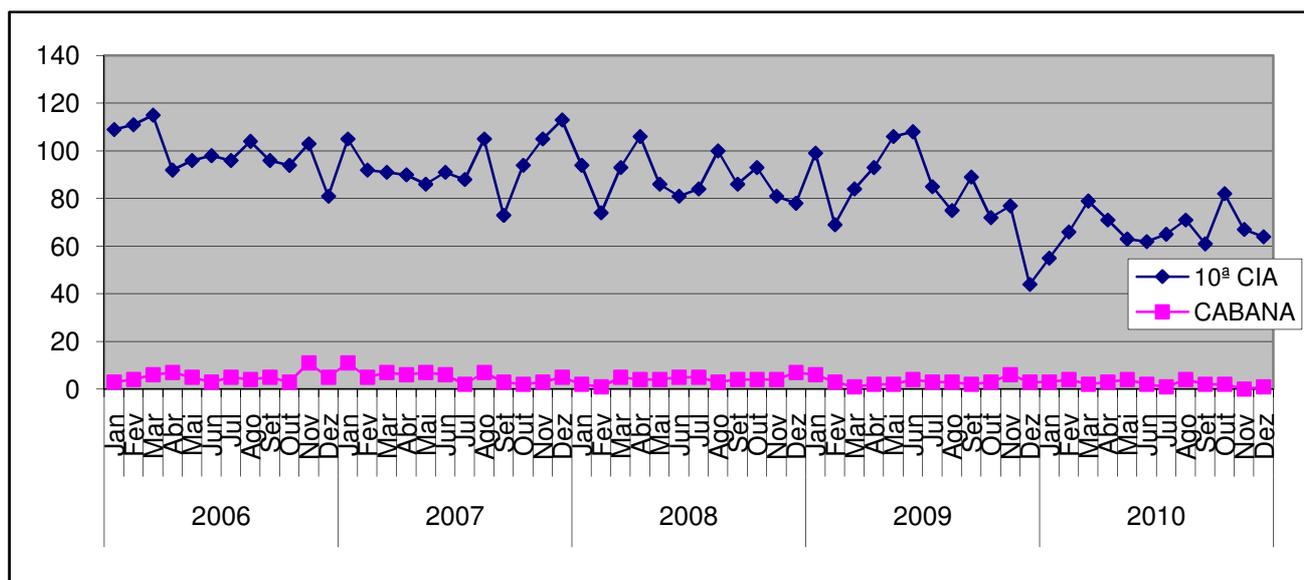
Tabela 2: ICV - Índice de Criminalidade Violenta/ Cabana

ICV CABANA					
	2006	2007	2008	2009	2010
Janeiro	3	11	2	6	3
Fevereiro	4	5	1	3	4
Marco	6	7	5	1	2
Abril	7	6	4	2	3
Mai	5	7	4	4	4
Junho	3	6	5	3	2
Julho	5	2	5	3	1
Agosto	4	7	3	2	4
Setembro	5	3	4	4	2
Outubro	3	2	4	3	2
Novembro	5	5	7	3	1
Dezembro	11	3	4	6	0
Total	61	64	48	40	27

FONTE: ARMAZEM/PMMG

No gráfico 1, podemos observar que o número de crimes violentos vem diminuindo na 10ª Cia, e que teve uma considerável diminuição desses crimes de 2009 para 2010, e fazendo um paralelo com o Aglomerado Cabana que se manteve em queda com uma diminuição discreta do ano de 2009 para 2010.

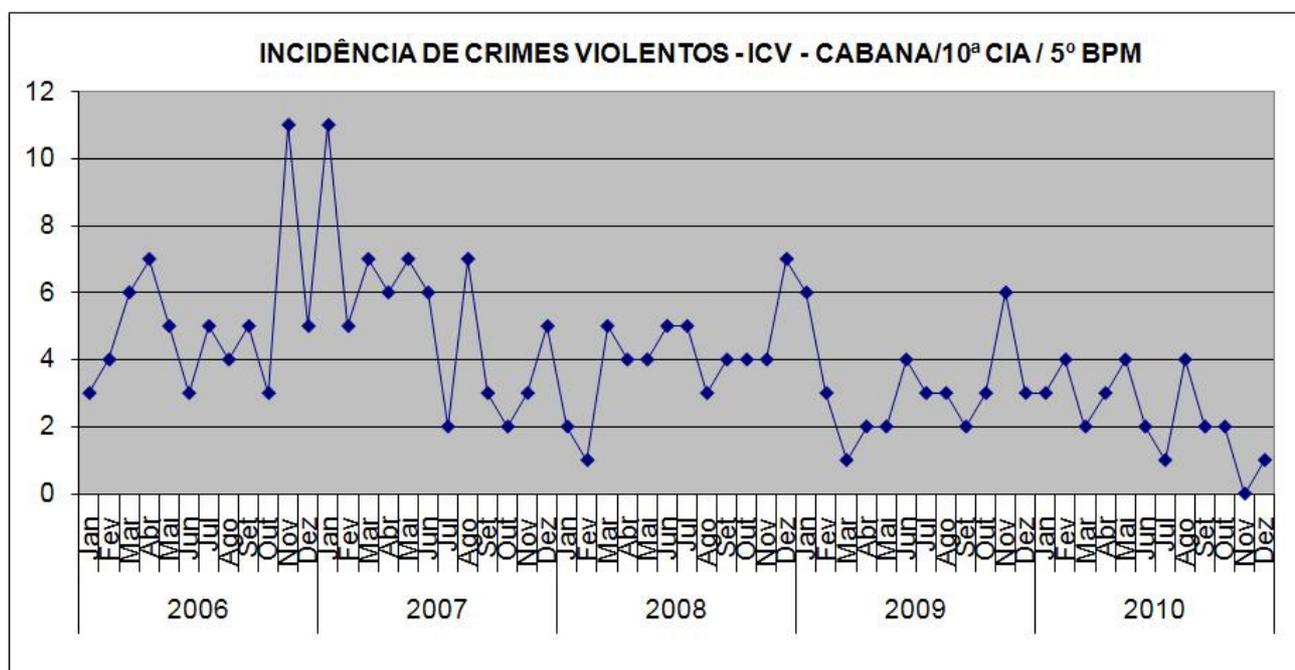
Gráfico 2: Evolução Mensal de Crimes Violentos ICV em Belo Horizonte (10ª Cia) e Cabana – jan/ 2006 a dez/ 2010



ESTATÍSTICA-5BPM
 FONTE: ARMAZEM

No gráfico 2, podemos observar que o número de crimes violentos no setor cabana diminuiu em ambos os espaços na série histórica observada. Demonstrando o ápice no final de 2006 e início de 2007, exatamente quando foram implantados os Programas Fica vivo e Mediação de Conflitos, que teve uma considerável queda nos índices de crimes violentos desde então. Em 2009 houve uma queda acentuada de crimes violentos, coincidindo com o início das obras de reurbanização do bairro, lembrando que em meados de 2010, se concretizou a urbanização do Aglomerado, e que visivelmente contribuiu para a redução da alta incidência criminal.

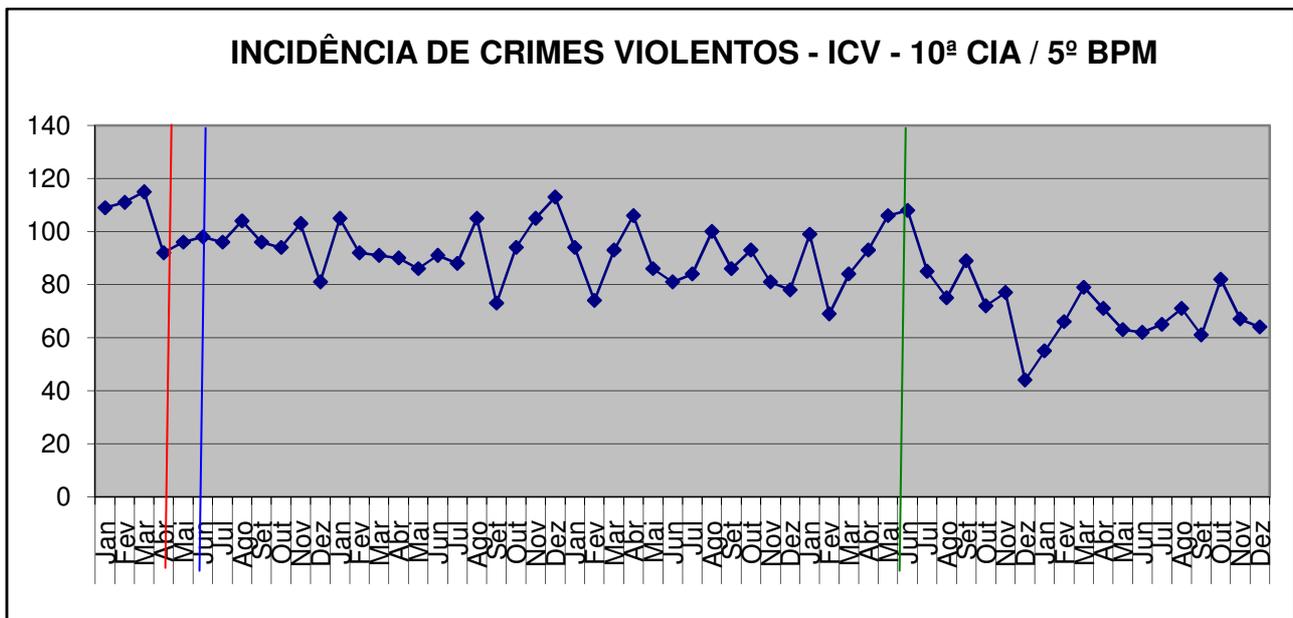
Gráfico 2: Evolução Mensal de Crimes Violentos ICV em Belo Horizonte (Cabana) – Jan/ 2006 a dez/ 2010



ESTATISTICA-5BPM
 FONTE: ARMAZEM

No gráfico 3, podemos observar que em 2006, ano de início do armazenamento de dados pela 10ª Cia da Polícia Militar, e início da implantação dos projetos Fica Vivo (vermelho) e Mediação de Conflitos (azul), percebe-se uma diminuição de crimes violentos por alguns meses, contudo, no final de 2007 inicia-se uma oscilação, que continua até o mês de setembro de 2009 (verde) exatamente quando foi iniciada a reurbanização do Aglomerado Cabana, com a retirada de dezenas de famílias do local, iniciando um período de menor incidência criminal violenta.

Gráfico 3: Evolução Mensal de Crimes Violentos ICV em Belo Horizonte (Cabana) – jan/ 2006 a dez/ 2010



7. CONCLUSÃO

No decorrer do estudo referenciado, após a demonstração estatística dos resultados obtidos, e estudo das seguintes intervenções no Aglomerado Cabana: Programa Fica Vivo, Programa Mediação de Conflitos e a reurbanização do bairro (retiradas de barracos e becos, e a construção de pequenas praças, novas ruas pavimentadas e dois conjuntos de apartamentos residenciais), concluiu-se que há indícios que as referidas intervenções são vistas de forma positiva, pois paralelamente houve uma diminuição dos crimes violentos, como foi demonstrado pelos dados estatísticos e gráficos analisados.

Há indícios de uma análise positiva após a efetivação dos Programas Fica Vivo e Mediação de Conflito, em relação a diminuição quantitativa das ocorrências consideradas violentas (ICV) pela Polícia Militar no Aglomerado Cabana, que chegaram a 11 ocorrências por mês no final de 2006, e desde então, não ultrapassaram a 7 ocorrências mês. E após o reurbanização em meados de 2010, não ultrapassaram a 4 ocorrências mês, tendo também melhorado o atendimento dos órgãos públicos, correios e principalmente a Polícia Militar, que passou a transitar com maior frequência nas novas ruas pavimentadas.

Com relação aos aspectos relativos a reurbanização do Aglomerado Cabana, JACOBS 2000, salienta de que “ há um mito de que bastaria termos dinheiro suficiente (centenas de bilhões de dólares), para erradicar e reverter a decadência dos grandes bolsões de pobreza”. Mas no caso dos Estados Unidos foram investidos alguns bilhões em conjuntos habitacionais de baixa renda que se tornaram núcleos de delinquência, vandalismo e desesperança social generalizada, piores do que os cortiços que pretendiam substituir; conjuntos habitacionais de renda média que são verdadeiros monumentos à monotonia e à padronização, fechados a qualquer exuberância ou vivacidade da vida urbana; centros cívicos evitados por todos, exceto desocupados, que têm menos opções de lazer do que as outras pessoas; passeios públicos que vão do nada a lugar nenhum e nos quais não há gente passeando; vias expressas que evisceram as grandes cidades. Isso não é reurbanizar as cidades, é saqueá-las.

Para James S. Coleman (1990), capital social é um recurso que se acumula com o seu uso, isto é, uma vez que se tenha capital social em uso se observa também uma forte tendência acumulativa. Assim, pode-se interpretar que apenas as

mudanças físicas é o mesmo que jogar dinheiro fora, já que a comunidade deve participar efetivamente das mudanças estruturais do meio em que ela está inserida, dessa forma verifica-se indícios que os programas Fica vivo e Mediação de Conflitos, são essenciais porque ajudam também na construção do capital social da comunidade.

Assim sendo, o crime como fenômeno comunitário, que nasce, manifesta-se e deve encontrar soluções na comunidade, não deve se restringir às preocupações exclusivas dos órgãos de defesa social e integrantes do sistema oficial de polícia e de persecução criminal. Existe a necessidade de profundo envolvimento da comunidade – essa é a proposta da Criminologia moderna e essa é a proposta da atuação preventiva e alternativa para os aglomerados urbanos com uma maior mobilidade de atuação e prevenção, junto com uma política pública eficiente e eficaz.

8.REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição**. Brasília: Congresso Nacional, 1998.

BRASIL, Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Orientações para a elaboração dos planos estaduais de segurança pública**. Belo Horizonte: SENASP/MJ, 2003. Disponível em www.mj.gov.br/senasp. Consulta em 20 de maio de 2005.

MINAS GERAIS, **Constituição**. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa, 1999.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Instrução nº 3001/05-8ª RPM**: contém o Regimento Interno dos Núcleos de Prevenção Ativa da PMMG. Belo Horizonte: Comando-Geral, 29 de dezembro de 2003.

_____. **Memorando nº 10.543.1/05-EMPM**: dispõe sobre a distribuição entre as Regiões da Polícia Militar, dos formandos do Curso Técnico de Segurança Pública 2004. Belo Horizonte: Comando-Geral, 29Mar2005.

_____. **Plano Estratégico 2004-2007**. Belo Horizonte: Comando-Geral, 2003.

_____. **Diretriz para a produção de serviços de segurança pública (DPPSP) nº 01/2002-CG**: regula o emprego da Polícia Militar no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Comando-Geral, 2003.

_____. **Diretriz de policiamento ostensivo da capital (DPOC) nº 03-A/1981**. Belo Horizonte: Comando do Policiamento da Capital, 1982.

<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/CMS/cms0904.htm> - acessado em 03/04/2011.

http://www.iepha.mg.gov.br/index.php?option=com_ponygallery&Itemid=50&func=viewcategory&catid=445> Acessado: 12 de abril 2011.

_____. **CRISP Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais.** Diagnostico da Criminalidade Violenta na Região Metropolitana de Belo Horizonte: Estudo do Espaço Temporal do período 1986-2001. Disponível em: <<http://www.crisp.ufmg.br>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

_____. **Diretriz para a produção de serviços de segurança pública (DPPSP) nº 04/2003-CG:** regula o emprego da Polícia Militar no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Comando-Geral, 2003.

TROJANOWICZ. Robert; BUCQUEROUX. Bonnie. **Policiamento Comunitário – Como Começar**, 2ª ed. Rio de Janeiro : Biblioteca da Polícia Militar, 1999.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Diretriz de planejamento de operação nº 3008 (Comando Geral) - Polícia Comunitária.** Belo Horizonte. Imprensa oficial: 1993.

BEATO, Cláudio; PEIXOTO, Betânia; ANDRADE, Mônica. Crime Oportunidade e Vitimização. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol.19, N55. 2004.

_____. **Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública (DPSSP) nº 04/2002.** A Filosofia da Polícia Comunitária na Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: Comando-Geral da PMMG, 2002.

_____. **Instrução nº 02/2005-8a RPM:** Disciplina o emprego do efetivo operacional em áreas comerciais. Belo Horizonte: Núcleo de Estratégias e Pesquisas/Comando de Policiamento da Capital, 2005.

SOARES, Luiz Eduardo. Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro. São Paulo. Companhia das Letras. 2000.

AGUIAR, Roberto A. R. Trinta afirmações para uma segurança pública democrática. In: MARIANO, Domingos Benedito; FREITAS, Isabel. **Polícia: desafio da democracia brasileira**. Porto Alegre: CORAG, 2002.

DIAS NETO, T. **Policiamento comunitário e controle sobre a polícia: a experiência norte-americana**. 1. ed. São Paulo: IBCCRIM, 2000.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**: Martins Fontes, São Paulo, 2000.

FARIAS JÚNIOR, J. **Manual de criminologia**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2001.

_____ **Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública (DPSSP) nº 04/2002**. A Filosofia da Polícia Comunitária na Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: Comando-Geral da PMMG, 2002.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL). Planoestratégico de diretrizes de intervenção em vilas, favelas e conjuntos habitacionais de especial interesse social. Belo Horizonte:

Prefeitura Municipal, 2000.

CLARK, David. Introdução á geografia urbana. São Paulo: DIFEL, 1985. MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. 4. ed. Petrópolis: Vozes / São Paulo: CEBRAP, 1981. OLIVEIRA, Francisco de. O estado e o urbano no Brasil. Espaço & Debates, São Paulo, n. 6., p. 36-54, jun./set. 1982.